

Só com renegociação País enfrenta crise

Uma renegociação da dívida externa de modo a reduzir as transferências de recursos reais para o exterior é a alternativa de que o País dispõe para enfrentar os efeitos sobre o balanço de pagamentos, de uma recessão em escala mundial. As exportações certamente declinarão, em decorrência do declínio do comércio e de uma intensificação das práticas protecionistas. As restrições cambiais poderão estimular um novo processo de substituição de importações, devendo o Governo promover estímulos ao mercado interno para absorver o excedente exportável.

Se esse é o cenário padrão atestado por economistas de dentro e de fora do Governo, com base inclusive na experiência de recessões anteriores, não há, entre eles, convergência sobre a inevitabilidade de um novo processo recessivo. O ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, o senador Roberto Campos, o economista Adroaldo Moura da Silva, o vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil acreditam que o governo americano terá de adotar uma política de redução do déficit público dos Estados Unidos (148,0 bilhões de dólares no ano fiscal encerrado em setembro último) e acertar sua política cambial com a Alemanha e o Japão.

Para Adroaldo, esse é o primeiro problema que se coloca para os Estados Unidos e para o mundo neste momento, descendo a uma posição secundária a questão da dívida dos países do Terceiro Mundo, embora também seja um problema grave a ser solucionado. Ele acredita que a partir do susto pregado pelo *crash* da bolsa, Washington, Bonn e Tóquio acabarão alcançando um entendimento, tendo como pressuposto um financiamento de uma parcela do déficit americano através de um esforço fiscal da administração Reagan.

Delfim, por sua vez, acha que o *crash* da bolsa mostrou que o mundo decidiu dar um basta aos Estados Unidos e dizer que não mais financiará o seu crônico déficit. O presidente Reagan que levou o país a essa situação dramática através da política suicida de aumentar despesas militares e reduzir impostos, terá de admitir o fiasco da *Reaganomics* e discutir a sério com o Congresso, especialmente com o Partido Democrata, uma forma de cortar um bom pedaço do déficit pela via do aumento da tributação.

Se esse esforço for feito a tempo, haverá condições de sustar a crise no merca-

do financeiro internacional, ficará mais fácil o cumprimento do acordo monetário com o Japão e a Alemanha e o mundo se livrará de uma recessão, ainda que, em contrapartida, um choque fiscal nos Estados Unidos possa produzir mais inflação, expandindo a taxa de juros e prejudicando grandes devedores como o Brasil. Daí os economistas considerarem importante que, na proposta da renegociação da dívida, seja incluída a cláusula de salvaguarda em relação aos juros, através da qual, sempre que a taxa ultrapassar um determinado patamar previamente acordado, o excedente será capitalizado.

Esse procedimento já foi adotado no pacote de resgate do México, quando se introduziu uma cláusula de salvaguarda estabelecendo que os mexicanos receberiam "dinheiro novo" sempre que o petróleo caísse abaixo dos 10 dólares o barril.

CONFLITO

Os ex-ministros Roberto Campos e Delfim Netto recusam como racional a tese de que há um conflito entre o modelo exportador e o de estímulo ao mercado interno e nem mesmo admitem a existência de um "modelo exportador", no sentido de se dar ênfase à exportação, em detrimento do mercado interno. Delfim nega que tenha feito isso ao administrar o ajuste recessivo de 1981/84, quando o Produto Interno Bruto declinou acentuadamente mas a exportação alcançou taxas recordistas, e afirma que para exportar é preciso produzir, e a produção destinada à exportação é produzida dentro do País, agregando riqueza, pagando salários, comprando matérias-primas, etc.

Ele cita países altamente industrializados, como o Japão e a Alemanha cujos coeficientes de exportação, em relação ao produto são várias vezes maiores do que o do Brasil. Há, na verdade, uma interação entre o mercado externo e o interno, a qual, bem administrada, ajuda aos dois, embora seja verdadeiro que mesmo no período administrativo de Delfim, por mais de uma vez tenham sido contingenciadas exportações de alimentos, como o óleo de soja, como forma de proteger o mercado interno.

REVISÃO

Seja como for, todos, de dentro e de fora do Governo, estão de acordo num ponto: se se manifestar um

processo recessivo em escala mundial, terão de ser revistas para baixo todas as previsões do Plano de Controle Macroeconômico, especialmente as relativas ao crescimento do PIB brasileiro nos próximos anos e à taxa de incremento das exportações.

O Plano de Controle Macroeconômico projeta para 1988 um crescimento de 6 por cento do PIB e de 7 por cento de 1989 a 1991. As exportações de bens e serviços deverão crescer 5 por cento, enquanto as importações pularão de 2,3 por cento em 1988 para 10,9 por cento em 1989; 9,9 por cento em 1990 e 8,4 por cento em 1991. O pressuposto para a realização dessas metas é uma taxa de crescimento médio anual de 3,5 por cento para o comércio mundial e uma contenção ou estabilização da onda protecionista.

A instauração de um processo recessivo nos Estados Unidos, que se estenderia à Comunidade Econômica Européia e ao Japão, provocaria uma reviravolta nesses números. O ajuste interno, mais rigoroso, manteria o PIB variando não mais do que 3 a 3,5 por cento ao ano, enquanto a taxa de expansão das exportações também refluiria para bem menos do que os 5 por cento estimados. Seria, no entanto, nas importações, que ocorreria o maior efeito do programa de ajuste, pois as restrições cambiais virtualmente manteriam as compras externas no limite mínimo necessário, tal como ocorreu na recessão 1981/83, quando apenas o petróleo era considerado importação essencial.

DEPENDÊNCIA

Na expectativa de que, qualquer que seja o programa de ajuste interno que venha adotar os Estados Unidos, haverá, a partir do próximo ano, uma inequívoca queda do PNB americano, e que a redução do déficit comercial de 200 bilhões de dólares poderá resultar em menos importações e mais protecionismo, os exportadores brasileiros que vendem para os Estados Unidos já estão se preparando para enfrentar uma possível crise.

Eles estão falando em redução dos custos da produção para a exportação, através de uma racionalização administrativa, e de uma reposição da defasagem cambial, que acreditam ser da ordem de 7 por cento, como forma de enfrentar a mais dura competição internacional. Essas medidas se tornam necessárias em virtude da forte dependência do comércio exterior brasileiro do mercado americano.